

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM
GOIANO *de*
eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 19 - N.º 2 - JAN./DEZ. 1999

DISCURSOS E IMAGENS NO URBANO*

Tadeu P. Alencar Arrais**

RESUMO

O presente artigo tem como ponto central de discussão a relação entre os discursos e as imagens produzidas no urbano, tendo como exemplo discursos elaborados e apropriados pelo Poder Público Municipal, com intencionalidades específicas, para representar e criar uma imagem positiva da cidade de Goiânia.

UNITERMOS: Discursos e imagens; Geografia urbana; Goiânia.

ABSTRACT

The present article discuss the relationship among discourse and images produced in the urban tends as example produced speeches and adapted by the Municipal Public Power, with specific intentions, to represent and to create a positive image for the city of Goiânia.

KEY WORDS: Discours, image, Urbane Geography

1. PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

ITALO CALVINO

Figura de destaque nas análises de Benjamin sobre a cidade é o *flâneur*, que, ao misturar-se na multidão, torna-se parte de um texto não-

* Adaptação do primeiro capítulo de sua dissertação de mestrado (ARRAIS, 1999), sob orientação da professora Dra. Lana de Souza Cavalcanti.

** Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual de Goiás e do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (Iesa) da Universidade Federal de Goiás.

verbal, de uma cena própria da cidade moderna. Para Benjamin, (1997, p. 74) o *flâneur* “encontra-se ainda no limiar; no limiar da cidade e da classe burguesa. Nem numa nem noutra ele se sente à vontade. Procura refúgio na multidão”. Aparentemente, ele se mantém impotente. Invisível na confusa paisagem urbana. O que não sabemos é que essa aparente imobilidade não passa de uma estratégia espacial muito própria daqueles que contemplam cidades. Perdido na imensidão da grande cidade, o *flâneur* orienta-se por outros princípios. Procura outros pontos de referência. Essa parece ser sua tática. Assim ele sobrevive na cidade moderna dos fins do século XIX. Segundo Benjamin (1994, p. 35):

A rua se torna a moradia do *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são como adorno de parede (...) bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.

Como podemos observar, a cidade do *flâneur* já difere bastante da cidade antiga, seja a *pólis* grega, a cidade romana, a medieval ou mesmo a renascentista, por distanciar-se da “obra” e confundir-se, cada vez mais, com o “produto” (Lefebvre, 1969). A cidade antiga, arcaica, foi caracterizada quase que exclusivamente pelo uso, que é definido por Lefebvre (1969, p. 120) da seguinte maneira: “lugares de prazer”, marcados pela monumentalidade e suntuosidade do caráter festivo. Lefebvre destaca o que chama de “duplo caráter da centralidade capitalista” que ocorre no centro da cidade capitalista, aqui tomada como cidade moderna, ou seja, a metamorfose do lugar de consumo em consumo de lugar e vice-versa. Desse modo pode-se verificar a intencionalidade na constituição da cidade moderna. O jogo complexo dos elementos de sua paisagem (galerias, bancas de jornais, cafés, bulevares, a multidão etc.) oferece uma possibilidade de consumo sem precedentes históricos até então. A experiência espacial urbana do capitalismo, por assim dizer, mudou o conteúdo dos lugares, ao mesmo tempo que disciplinou o tempo e o espaço. Até mesmo o propósito de existir dessa cidade moderna ocidental vincula-se a outros tipos de orientação espacial, onde o espaço é disciplinado para o consumo.

Disciplinar o espaço passa a ser um dos papéis do urbanismo que emerge no final do século XIX e início do XX. Urbanismo que resulta de um novo conceito de cidade produtiva em que há uma constante preocupação com a especialização dos espaços para o consumo, o que poderíamos chamar de fetichização espacial, na proporção em que este transformou-se em mercadoria, expressão da “economia do espetáculo”, para fazer referência à Debord (1997).

Essa transformação no espaço urbano refletiu-se naquilo que Munford (1998) adjetivou de esvaziamento cultural da cidade, provocado pelas mudanças e incrementos tecnológicos no espaço urbano ao longo dos tempos. A preocupação de Munford é importante e tem origem em um conceito de cidade cuja função maior é exercer o papel de indutor cultural, como fora, por exemplo, nos tempos da *pólis* grega. Essas transformações não se operaram simplesmente ao nível da forma, o que fez Simmel (1967) escrever sobre os efeitos psicológicos no homem citadino, resultantes do ambiente monetário, bem como da grande concentração de pessoas no espaço urbano que envolveu desde então a cidade moderna, o que indica, por outro lado, uma maior possibilidade de conviver com as diferenças.

Por tudo isso, a cidade torna-se o lugar privilegiado para a proliferação de discursos e a construção de imagens, devido à enorme concentração de pessoas e objetos, que se tornam, a todo momento, símbolos espaciais. Além disso, o espaço citadino, que expressa as contradições, de que é repleto, possibilita um maior contato entre as pessoas, entre elas e os objetos, o que favorece a construção de representações individuais e coletivas. Para Carlos (1994, p. 87), o “contato cotidiano com o outro implica na descoberta de modos de vida, problemas e perspectivas comuns. Por outro lado produz junto uma identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana”.

Através desse contato cotidiano com o outro e com o mundo, por meio dos discursos, representações, desejos e receios, a imagem é construída. Essa imagem é resultado da percepção que as pessoas constroem dos textos não-verbais, da forma física da cidade e dos seus habitantes. Ferrara (1988, p. 03) considera que a percepção urbana é “uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade e se

apóia, de um lado, no uso urbano, de outro, na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão”. Isso nos leva a entender que há uma relação entre a imagem que temos da cidade, os nossos valores culturais – individuais e coletivos – e o próprio imaginário. Esse imaginário, segundo Ferrara (1997, p. 194), “corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação do significado; atribuir significado a significados”. Ferrara (1997, p. 196) sintetiza a imagem urbana, dentre suas múltiplas funções e qualificações, da seguinte forma:

A imagem urbana é a chancela do hábito, do cotidiano descompromissado e, por isso mesmo, fortemente enraizado na cumplicidade das crenças e valores constatados pela visão e registrados coletivamente. Uma simples fruição.

Na realidade, a cidade sempre foi uma imagem. Uma espécie de simulacro do mundo. Em dado momento representou a comunidade, a segurança, a liberdade, a insurreição. Em outros, a repressão, a ordem, ou melhor, determinadas idéias de ordem. Ela é, sobretudo, a representação mais clara do modo de vida dos homens. Ver a cidade constitui ainda uma experiência corporal. Trata-se do corpo apropriando-se do espaço da cidade e percebendo tanto o odor de um rio fétido quanto a brisa suave no final da tarde. O corpo também está atento à violência, aos sinais de trânsito, ao asfalto quente, ao verde etc. Ele é tanto entidade formuladora de imagens quanto elemento constitutivo da imagem, pois é parte integrante da paisagem urbana.

O corpo também é objeto de discursos. Papel ambíguo, esse o do corpo. Objeto e sujeito de discursos. Objeto de discursos disciplinares e homogeneizadores que se encontram em conexão com o poder constituído das instituições que procuram discipliná-lo a todo momento. O corpo ao qual nos referimos é tanto o individual quanto o coletivo, a multidão mesma que pareceu tão homogênea aos olhos de Haussmann. Basta lembrar que a analogia entre o corpo orgânico e a cidade já serviu para justificar certas reformas urbanas; cidade doente, enferma, é tratada do mesmo modo como o corpo doente. A anatomia do homem – circulação e artéria – naturalizou-se e acabou, intencionalmente, por confundir-se com a anatomia da cidade, justificando, desse modo, as intervenções materializadas por discursos específicos, como, por

exemplo, o higienista, e controlando o corpo social, garantindo a ordem. Mas o corpo não se entrega facilmente. Ele resiste, utilizando-se dos discursos ordinários, cotidianos, que rejeitam a homogeneidade e procuram libertar-se do controle das instituições. O poder se exerce, se afirma e se dissipa no choque desses discursos. Mas o que é, antes de tudo, o discurso?⁵ Fiorin (1998, p. 11) o define como:

Combinções de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases) usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo.

Entender o discurso como uma forma de agir sobre o mundo nos leva a refletir sobre a sua capacidade de reproduzir idéias e cristalizar práticas sociais. Dessa maneira, o discurso não é neutro, ao contrário, é ideológico e coercitivo, representa e comunica unilateralmente as idéias dominantes, por isso é intencional e persuasivo nas suas diferentes escalas (disciplinar e homogeneizador e até mesmo ordinário).

Há uma outra questão a responder sobre o discurso que pode ser colocada da seguinte forma: qual é a base e os mecanismos de sustentação dos discursos disciplinares e homogeneizadores ligados às instituições e qual a dos discursos ordinários? Acreditamos que a base de sustentação dos primeiros é a disciplina. Para Foucault (1979, p. 106), “A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. (...) A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos”. Em suas análises, Foucault dá ênfase às práticas disciplinares, especialmente as que estão ligadas às instituições. Podemos dizer que Foucault procurou escrever a história do espaço disciplinar, das estratégias espaciais disciplinares, especialmente no Ocidente. Em *Vigiar e punir* (1987), Foucault mostra alguns recortes e

5. Em se tratando do discurso, esclarecemos que buscamos apoio no campo da linguagem na medida do necessário, pois estamos estudando a manifestação do discurso e não sua estrutura propriamente dita. Por isso achamos conveniente a divisão, para fins explicativos do discurso, em duas instâncias intrinsecamente ligadas: os discursos disciplinares e homogeneizadores produzidos por instituições públicas e privadas, e os ordinários, cotidianos.

os discursos que moveram o espaço disciplinar ao longo dos séculos XVII a XIX. Se considerarmos suas reflexões ao pé da letra, veremos que estamos constantemente vigiados e sufocados pelos “olhos do poder”. Constataremos que o *flâneur*, ao contrário do que pensávamos, está sendo vigiado passo a passo. No mundo panoptico de Foucault, a liberdade não é um projeto facilmente tangível. Foucault coloca reticências na real possibilidade do homem ordinário de livrar-se dos grilhões impostos pelas instituições e contemplar o mundo. Preferimos acreditar que a própria rejeição dos discursos constitui uma espécie de contradiscurso, uma indisciplina. E se a disciplina é “uma análise do espaço”, a indisciplina também pode sê-lo, na medida em que podemos enxergar na cidade, nos lugares, na metrópole, uma contra-racionalidade que poderíamos chamar de cotidiana.

O conceito de contra-racionalidade trabalhado por Santos (1997) nos faz pensar nos limites de ação no espaço citadino da chamada “racionalidade dominante”. Em se tratando da cidade, podemos relacionar essa contra-racionalidade àquilo que chamamos de contra-discurso próprio daqueles que, segundo o próprio Santos (1997), subsistem e encontram refúgio na cidade.

Ao contrário de Foucault, Certeau (1994) não acredita na preponderância do olhar disciplinar do discurso institucional, homogeneizador, especialmente nas cidades, onde o homem ordinário se liberta diariamente do crivo do olhar disciplinar a partir das “artes do fazer” e das estratégias espaciais – essas, no nosso entender, constituem a base de sustentação dos discursos ordinários, que resistem aos procedimentos coercitivos. Interessante notar que tanto Foucault quanto Certeau privilegiam a instância espacial em suas análises. O primeiro observa o espaço como elemento necessário para os procedimento coercitivos e o segundo, ao contrário, vê nele a possibilidade da resistência ao poder vigilante.

Para Certeau (1996, p. 45), “A cidade é, no sentido forte, ‘poetizada’ pelo sujeito. Este a re-fabricou para o seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; ele impõe à ordem externa da cidade a sua lei de consumo de espaço”. Partimos do entendimento de que o espaço urbano é o lugar privilegiado desses “desmontes do aparelho urbano”, das indisciplinas. Observamos isso a cada momento. Jogar lixo

no chão, fumar em locais proibidos, ocupar praças e órgãos públicos para protestos coletivos e individuais etc., tudo isso são sinais visíveis de que há outros discursos além daqueles que procuram disciplinar e oprimir o corpo. Os discursos ordinários reclamam para si, a cada momento, partes da cidade. Seus sujeitos não têm uma linguagem comum, uma fala comum, por isso contribuem para a formação do chamado espaço das heterotopias, da diversidade; são eles os mendigos, os vendedores ambulantes, os pedestres, os pedintes etc. O discurso envolve, antes de tudo, uma prática. Uma prática política e espacial, coletiva ou mesmo individual.

No nosso entendimento, discursos e imagens são modos específicos de agir e de representar a cidade. O que nos faz concordar com Pesavento (1997, p. 26), quando escreve:

A cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este 'real' os homens constroem um sistema de idéias e imagens de representação coletiva. Ou seja, *através de discursos e imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida*, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. (Grifo nosso)

A par dessas considerações, podemos acrescentar que esses discursos e imagens são construídos nos mais diferentes lugares na cidade: nos becos, na casa, no bairro. É isso o que leva as pessoas a observarem a cidade de maneiras distintas. Dependendo do lugar e do contexto sociocultural em que estão inseridas, formulam seus discursos e constroem suas imagens na vivência pontual da cidade, no lugar. Segundo Carlos (1996, p. 26): "O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos". Isso justifica-se pelo fato de o lugar representar a totalidade do vivido, que depende de outra totalidade, a do não vivido pela experiência imediata, íntima, praticada. O lugar, então, passa a representar e a conter a mediação e a ação social dos diversos indivíduos que habitam a cidade. Mediação essa que envolve conflitos e reconhecimento, modos de vida; em outras palavras, a contradição entre o *habitat* e o *habitar*. Por outro lado, devemos considerar que esse espaço vivido, praticado, não existe independente do movimento da sociedade, pois também recebe

influência dos diferentes espaços não-vividos que compõem, por exemplo, a cidade. Nunca é demais lembrar que o fato de não vivenciarmos a cidade por inteiro não nos impede de construir representações de seus lugares mais longínquos.

Discursos e imagens são formas de representar a cidade. São maneiras de agir no urbano. Para entender o urbano, é necessário compreender a constituição dos discursos e das imagens. É preciso olhar para o cotidiano. Considerar sua existência nesses mesmos discursos, nessas mesmas imagens. Nessa perspectiva, voltamos nossas reflexões para a cidade de Goiânia.

2. DISCURSOS E IMAGENS EM GOIÂNIA

Discursos e imagens sempre estiveram presentes na constituição do urbano em Goiânia, antes mesmo da sua edificação. Basta observar a idéia de modernidade, criada a partir de discursos específicos, para justificar a transferência da capital do Estado de Goiás na década de 1930.

Deste momento em diante, resgataremos a ligação entre um discurso específico, o ambiental, e a imagem da cidade de Goiânia. Do ponto de vista conceitual, o que foi exposto até o momento, ou seja, a estreita ligação entre discurso e imagem, nos ajudará a compreender as relações entre o discurso ambiental, as ações do Poder Público – especialmente o municipal – e a cidade.

Na década de 1970, as questões ambientais ganharam destaque no cenário internacional. As preocupações com os temas relativos ao meio ambiente resultaram na realização da primeira conferência mundial, patrocinada pelas Nações Unidas, sobre o ambiente humano, em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972. O alerta sobre a gravidade dos problemas ambientais resultantes do modo de apropriação dos recursos naturais parecia preocupar os países desenvolvidos, responsáveis pela proliferação da idéia de progresso a qualquer custo. Ficou entendido na conferência que os problemas ambientais não eram privilégio dos países do Terceiro Mundo, pois atingiam também, em escalas diferentes, os países ricos. Aquela natureza abundante, infinita em recursos, começou a ser contestada pelos avanços nas ciências: a água, o solo, os minerais

etc. passaram a ser vistos como recursos não-renováveis numa escala histórica em que estamos acostumados a pensar e agir.

Em se tratando de Brasil, é possível notar nos últimos anos uma atenção maior aos problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento dependente adotado pelo país. Além disso, a partir da década de 1980, a chamada década perdida, ocorreu no Brasil o processo de abertura política e, concomitantemente, houve uma maior liberdade para o debate das questões sociais e ambientais. O estado autoritário perdeu lugar para a Constituinte. Houve uma valorização dos temas relativos ao meio ambiente por parte do poder público na esfera municipal, institucionalizada na Constituição Federal promulgada em 1988. A Carta trouxe novidades no que se refere à autonomia dos municípios no trato dos problemas urbanos ambientais. Seu artigo 30, § I, é bem claro ao estipular que compete aos municípios “legislar sobre assuntos de interesse local”.

Tanto as questões relativas ao planejamento urbano quanto as ambientais estão presentes no texto. Houve uma mudança na maneira de o poder público, nos níveis federal, estadual e municipal, tratar as questões do meio ambiente urbano, o que não significa que eles tenham sido resolvidos. Seguindo esses princípios, foi criada em Goiânia, em 26 de dezembro de 1989, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma), que dispõe de meios legais para planejar e executar as políticas ambientais no município. O planejamento foi novamente considerado uma ferramenta básica para conter os males do crescimento desordenado. Em 1992, o primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG, de 1971), foi reformulado e coordenado pelo Instituto de Planejamento Municipal (Iplan). O novo PDIG procurou diagnosticar e resolver os diversos problemas da cidade, bem como apontar diretrizes para o planejamento do município.

Essa institucionalização das questões ambientais e urbanas no nível municipal não parece, por si só, um grande avanço no seu trato. Isso porque o avanço, ao contrário, poderia estar noutra lugar, no campo da ação, o que depende, antes de tudo, de uma conceituação clara sobre o entendimento de meio ambiente urbano. Rodrigues (1997, p. 139) compreende o meio ambiente urbano como:

O conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivo. (...) Ao mesmo tempo, significa imagens, símbolos e representações subjetivas e/ou objetivas.

Todos esses elementos, e tantos outros, compõem o meio ambiente urbano. Cada um deles está impregnado da idéia de desenvolvimento e progresso. Progresso identificado com o desenvolvimento material: asfalto, rede de água e esgoto, transportes etc. O que nos remete a pensar a relação entre o meio ambiente urbano e a urbanização, esta última usualmente entendida como sinônimo de progresso. Um progresso construído por uma base material, quantificável, colocando em segundo plano as relações sociais e a cidadania.

Poderíamos tentar ampliar os horizontes da análise, procurando não separar o conceito de meio ambiente urbano da idéia do direito à cidade, pois ambos estão intrinsecamente ligados. Nessa medida, acreditamos que a busca do direito à cidade pelos cidadãos está no cerne da questão urbana ambiental. Esse direito, segundo Lefebvre (1991, p. 108), “Não pode ser concebido como um simples retorno de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como o direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Esse direito à cidade é também o direito de beneficiar-se da cidade como obra: de construir e consumir o ambiente urbano, de freqüentar suas praças, passeios públicos, ruas, parques etc. É isso que não está contido nos discursos e nas imagens positivas⁶ que o poder público municipal vem oferecendo à população goianiense antes mesmo da fundação de Goiânia, em 24 de outubro de 1933. Dois desses discursos, mais atuais – “cidade ecologicamente correta” e “cidade das flores” –, procuram caracterizar algumas ações administrativas na área ambiental nas duas últimas gestões municipais na cidade de Goiânia. Esses discursos procuraram, através de políticas específicas, criar uma imagem positiva da cidade, dando especificidade a cada gestão. Eles são

6. A imagem positiva se refere à exaltação dos aspectos bucólicos e monumentais da cidade e remete a uma espécie de síntese que valoriza os aspectos agradáveis, em detrimento de problemas como a violência, a ausência de áreas verdes, e a poluição, entre outros.

marcados pelo apelo ambiental e por uma idéia de cidade marcada pela personalidade inovadora dos respectivos gestores.

É salutar lembrar que tais discursos não são e não foram os únicos que procuraram caracterizar a cidade de Goiânia. O que nos fez optar pela escolha foi a relação cronológica entre o aparecimento dos dois discursos e a questão ambiental, ambos emergindo com mais vigor na década de 1990, paralelamente à valorização dos temas ligados à ecologia e ao desenvolvimento urbano. Outra questão a ser colocada se refere à profundidade da análise dos discursos e sua relação com a promoção da imagem da cidade. Os discursos serão analisados brevemente, como exemplos recentes, dispensando uma pesquisa mais rigorosa, sobre o processo de construção da imagem na sua relação direta com os habitantes da cidade.⁷

3. DISCURSOS SOBRE GOIÂNIA E A GESTÃO MUNICIPAL

- Uma cidade ecologicamente correta

“Não devemos exigir do livro nada mais do que ele é: discurso” (Ternes, 1998, p. 35). Se um livro, como dispositivo de informações, nada mais é que um discurso e se o discurso deve ser concebido, nas palavras de Foucault (1996, p. 53), como “uma violência que fazemos às coisas”, devemos partir de um livro, ou melhor, de um discurso, para a análise que propomos dar seguimento. Referimo-nos ao livro *Uma cidade ecologicamente correta*, de Osmar Pires Martins Júnior, Secretário do Meio Ambiente na gestão Darci Accorci (PT), de 1993 a 1996. Como o título sugere, o livro procura levantar elementos que possam afirmar a condição de Goiânia como uma cidade ecologicamente correta, procurando, a partir desse discurso, evocar uma imagem positiva da cidade, tanto dentro quanto fora do estado.

7. Em Arrais (1999) pode-se encontrar reflexões oriundas de uma pesquisa empírica sobre o processo de construção da imagem da cidade a partir de dois parques localizados na cidade de Goiânia.

O referido livro foi publicado em 1996, no mesmo ano em que Goiânia foi agraciada com o título de Cidade Ecologicamente Correta”.⁸ Segundo o então prefeito Darci Accorci:

Quando em março de 1996, Goiânia ganhou o título de cidade ecologicamente correta, conferido pela Sociedade Brasileira de Valorização do Meio Ambiente (Biosfera), muitos dos valores urbanos de maior significado para sua gente estavam preservados e o sentimento de coisa pública, revigorado. Havia mais civilidade em Goiânia, onde uma notável consciência do verde está associada à preocupação de se compatibilizar a ordenação do espaço urbano com desenvolvimento econômico, social e ambiental. (Martins Júnior, 1996).

O cognome de *cidade ecologicamente correta* apareceu como necessidade de o poder público municipal afirmar o compromisso com a causa ecológica, já que a própria Constituição federal (1988, p. 99), em seu artigo 225, estabelece: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Aproveitando a ocasião, o poder público municipal apropriou-se, utilizando-se do *marketing*, do título que recebeu, o qual colocou Goiânia como uma das cidades brasileiras que mais investiram na qualidade de vida da sua população. A partir daí, os discursos e as ações do poder público municipal foram orientados no sentido de afirmar a imagem e transformar o epíteto em símbolo da administração municipal. O epíteto revela alguns valores e tendências locais e nacionais, mas é certo que existem outras manifestações socioculturais na cidade de Goiânia, isso porque o espaço urbano é composto e (re)produzido pelas diversas representações sociais que o tornam significativa para os grupos de indivíduos que o habitam. No entendimento de Tuan (1980, p. 236):

8. O título de Cidade Ecologicamente Correta foi outorgado a Goiânia pela Sociedade Brasileira para Valorização do Meio Ambiente e mais 115 entidades ambientais do mundo inteiro, no 3º Encontro Mundial de Ecologia Urbana, realizado em Campinas, São Paulo, no mês de janeiro de 1995.

O promocionismo pretende criar uma imagem favorável e pouco respeita a complexidade da verdade. Mas a imagem, para ser eficaz, deve ter algum fundamento nos fatos. Um traço forte representa a personalidade toda. Um epíteto ou uma frase atraente fornece a imagem.

Essa imagem da cidade foi lançada pelo poder público municipal de Goiânia em forma de discurso, como estratégia política. A esse respeito, Certeau (1994, p. 154) salienta: “O discurso produz então efeitos, não objetos. (...) Fazer crer é fazer fazer”. Fazer crer é dever do *marketing*, que procura, a partir de técnicas específicas, cristalizar e divulgar uma imagem positiva da cidade. Podemos constatar a afirmação dessa imagem, seja num cartão postal – “Goiânia: Cidade Ecologicamente Correta” (Wagner & Associados, Cartão Postal, Brasil) –, numa revista de circulação nacional – “Goiânia: cidade verde” (*Zapp*, maio/junho, 1996, nº 03) – ou mesmo em jornais de circulação regional – “Goiânia uma cidade ecológica” (*Diário da Manhã*, 18/9/1996). Todos esses anúncios afirmam a condição ecológica de Goiânia como uma característica que a diferencia das demais cidades brasileiras. Todos procuram, de uma forma ou de outra, afirmar que tal conforto ambiental é resultado da ação perseverante da administração municipal. “Em Goiânia, preservar o verde é a principal meta dos administradores” (*Zapp*, *idem*). Os anúncios, panfletos e cartões-postais aparecem como signos propagadores dos discursos persuasivos.

A Prefeitura de Goiânia assumiu o discurso e teve como uma das justificativas para lançar seu produto publicitário o fator econômico. Segundo Martins Júnior (1996, p. 69): “Quando uma cidade é boa para se viver, ela também o é para ser visitada”. No sentido de reforçar o discurso, a organização da cidade, tanto pelo poder público municipal quanto pela iniciativa privada, esteve voltada para sua efetivação: flores, jardins, parques, panfletagem etc. demonstram uma espacialização do discurso, influenciando na configuração da paisagem. Exemplo notório dessa espacialização, ao nível da apropriação do discurso pela iniciativa privada, é o condomínio fechado Aldeia do Vale,⁹ que, segundo consta

9. O condomínio fechado Aldeia do Vale, entre outros serviços, oferece: paisagismo planejado, drenagem pluvial, P.D.I. (Plano Diretor Interno), trilhas ecológicas para caminhada, área fechada por 11km de muros protegidos por sensores e feixes de laser etc. (*Informe publicitário Tropical Imóveis*, abril de 1997).

na propaganda dos empreendedores, constitui-se em espaço ecologicamente correto. Uma tendência relativamente nova, que data dos últimos anos, é a da implementação de condomínios fechados na cidade de Goiânia. Esses espaços privilegiados têm em comum pelo menos quatro características básicas: qualidade de vida, segurança, lazer e privacidade. Para se ter uma idéia, o Aldeia do Vale, localizado na região Leste de Goiânia, conta com um índice de área verde superior a 500 m² por habitante. Conforme um jornal local: “Capital ecologicamente correta, Goiânia tem uma média de 28 m² de área verde por habitante. No Aldeia do Vale, por exemplo, a perspectiva é de 564 m² de área verde por habitante” (*O Popular*, 19/10/1997, p. 04). Lugar da liberdade vigiada, esses condomínios, pode-se dizer, são a expressão, em cidades como Goiânia, daquilo que ocorreu na Inglaterra no final do século XIX, o retorno aos subúrbios e a busca de qualidade de vida fora dos centros urbanos.

É possível notar a relação contraditória entre os condomínios fechados em Goiânia e o discurso de cidade ecologicamente correta, ambos contemporâneos. O condomínio fechado constitui uma cidade dentro da cidade. O condomínio é uma cidade que desfruta dos serviços e possíveis prazeres da cidade e, ao mesmo tempo, nega-se a fazer parte dessa cidade. Mas, se Goiânia é realmente uma cidade ecologicamente correta, que motivos há para tais espaços existirem?

A resposta a essa pergunta está intimamente ligada à noção de cidade como ambiente construído em oposição à natureza – o homem vencendo e dominando a natureza. É a ideologia do anti-urbano, própria do nosso tempo, na qual a cidade aparece como ambiente inóspito, capaz de corromper e transformar os valores mais tradicionais e as instituições que pareciam mais sólidas, como a família. O discurso ecológico, como fora o sanitarista tempos atrás, procura disciplinar e naturalizar os problemas da cidade. Segundo Carlos (1994b, p. 77):

O discurso ecológico apresenta uma concepção idealizada da natureza contraposta à cidade e inventando o anti-urbano. Isso vem acalmar. Como o processo de reprodução do espaço urbano, fundamentalmente nas metrópoles, tem quase eliminado as áreas vazias e esgotado o processo de verticalização, os empreendedores imobiliários vêm sendo cada vez mais obrigados a limitarem suas

ações às áreas periféricas à mancha urbana, com isto tem surgido o “subúrbio jardim”, os loteamentos de alto luxo. Como convencer uma parcela da população de alta renda a abandonar a metrópole, aumentar seus custos e tempo de deslocamento, bem como seus gastos para manutenção das residências? “Vendendo o verde”. Criando a necessidade do consumo de espaços verdes, de uma vida saudável longe da poluição e embolsando lucros fantásticos, pois as terras são adquiridas de agricultores e proprietários rurais por hectares, para em seguida, serem loteadas e vendidas por m².

Apesar de longa, a passagem citada chama a atenção para uma série de questões a respeito do discurso ecológico e da produção do espaço urbano. Em razão da ecologia, ou melhor, de uma idéia de ecologia,¹⁰ a cidade procura transformar-se num local agradável do ponto de vista estético, o que faz com que as preocupações com as contradições entre o capital e o trabalho fiquem em segundo plano. Num primeiro momento a causa ecológica pode parecer neutra, desprovida de qualquer conteúdo ideológico ou manifestação de classe. Acontece que a produção e divulgação dos discursos ligados à ecologia não é neutra; ao contrário, é ideológica e representa os interesses de classe. Foi isso o que ocorreu quando se divulgou Goiânia como uma cidade ecologicamente correta. O discurso disciplinar procurou homogeneizar os olhares na cidade, tentando ocultar as contradições próprias do nosso modelo de produção do espaço urbano. Segundo Citelli (1995, p. 32): “As instituições falam através dos signos fechados, monossêmicos, dos discursos de convencimento”. Ou seja, discursos imperativos e persuasivos construídos com uma simplicidade textual que não deixa margem para interpretações.

Por essa ótica, a imagem da cidade não diz respeito e nem reflete a realidade de Goiânia, contudo, o discurso que evoca a imagem de *cidade ecologicamente correta* não nasceu do nada, o que confirma o dizer de Foucault (1996, p. 49): “O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo de seus próprios olhos”. Essa reverberação da verdade possui uma intencionalidade própria, ideológi-

10. Nos dias atuais a palavra *ecologia* adquiriu um caráter polissêmico, diferindo bastante da definição estritamente biológica e estendendo-se para o domínio das relações sociais e até mesmo para as subjetivas entre o homem e a natureza. Sobre o tema, consultar Lago (1985) e Guattari (1990).

ca, construída a partir de traços específicos da cidade; por exemplo, o número de parques, a arborização de certas regiões e bairros da cidade, os canteiros ajardinados etc., tudo estrategicamente ligado ao verde. Resulta daí que o discurso evoca uma imagem construída com fragmentos da cidade, em que a síntese é construída da parte, deixando de lado outras regiões menos agradáveis. É como se se tomasse uma parte pelo todo. Nunca é demais lembrar que um único discurso não cria uma imagem que corresponde à verdade; ao contrário, a imagem da cidade é constituída de múltiplos discursos e olhares.

- Goiânia: a cidade das flores

“Na velocidade em que germinam as boas sementes em terra fértil, os jardins, praças e canteiros de Goiânia vão adquirindo novos desenhos” (*Multinews*, setembro, 1997). Essa é a nova cara de Goiânia. “Há flores por todos os lados”. Não que antes não houvessem flores em Goiânia. É que, antes, era mais “um amontoado de plantas promovendo o festival de cores aleatoriamente”. O *antes* se refere à gestão municipal anterior. O discurso, mesmo fragmentado, sugere que as flores na nova gestão germinam com mais vida, colorido e calor, dando forma a “figuras geométricas que obedecem a nova ordem das ruas na cidade que ficou conhecida por cultivar a primavera nos 365 dias do ano”(Idem). Essa apologia à cidade das flores marca um novo período da recente história de Goiânia.

Com as eleições municipais, ocorridas em novembro de 1996, assumiu, em janeiro de 1997, a direção do executivo municipal o professor Nion Albernáz (PSDB), na gestão 1997/2000, tendo como secretário do Meio Ambiente Paulo de Souza. Já no segundo mês de gestão, o prefeito mudou a simbologia da administração municipal, deixando de lado o epíteto de *cidade ecologicamente correta*, o que não passou, segundo alguns, de estratégia para apagar da memória dos cidadãos os possíveis avanços alcançados pela gestão anterior no trato das questões ambientais. A partir daí sai de cena a Prefeitura de Goiânia, cedendo lugar para o Governo da Cidade de Goiânia. O epíteto maior da nova gestão materializou-se numa nova marca que tem como símbolo um desenho simplificado do plano urbanístico da cidade, com a Praça

Cívica e as cinco principais avenidas do Centro. Segundo o próprio prefeito, em artigo publicado no jornal *O Popular* (*Opinião*, 23/2/1997):

Os anseios da população estão expressos na marca, na denominação e no primeiro de uma série de slogans que farão parte da atual administração. Goiânia, um amor de cidade, tem em sua nova marca o resgate de um passado que chamou a atenção do Brasil pelo detalhismo do seu traçado urbano. (Grifo nosso)

O compromisso com a causa ecológica e com o desenvolvimento sustentável fez com que o poder público municipal, ou melhor, o Governo da Cidade de Goiânia, realizasse no dia 28 de fevereiro de 1997 uma conferência pública cujo objetivo único foi o de assumir publicamente o compromisso com a Agenda 21. Nascida das discussões realizadas na Eco-92 – Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 –, a Agenda 21 é uma espécie de plano diretor global, que procura indicar rumos e angariar recursos para o trato das questões ambientais.

A Agenda 21 é, com efeito, a mais extensa e detalhada “cartilha consensual que a comunidade internacional logrou acordar para fazer face ao dilema na relação recentemente tensa, entre a espécie humana e a natureza. (*Agenda 21*. 1996, p. 05)

Orientado pelo princípio da gestão local, o Governo da Cidade de Goiânia, adotando as práticas sugeridas pela Agenda 21, criou a chamada Agenda 21 Local. Essas práticas têm como princípio amenizar problemas como a pobreza, a proteção dos recursos hídricos e o manejo de substâncias tóxicas, entre outros, a partir de ações locais, ao nível dos municípios. De acordo com a Semma: “A Agenda 21 local é um instrumento específico de planejamento da vida de nossa cidade, com suas características e especificidades, garantindo a observância e o combate de nossos problemas” (*Informe Gestão Ambiental*, Semma – 1997/2000).

Nesse momento saiu de cena, como que por vontade da população, o epíteto de *cidade ecologicamente correta*. Ao Governo da Cidade de Goiânia ele não interessava mais. Todo um trabalho de *marketing* foi

elaborado procurando exaltar outras qualidades da cidade, que não aquelas aclamadas pela gestão municipal anterior. A propaganda concentrou-se em dois eixos principais: um que exaltava a qualidade de vida da *cidade das flores* e outro que procurou, a partir do primeiro, atrair investimentos para uma Goiânia moderna, que de modo particular soube equacionar e solucionar, segundo o discurso oficial, os problemas ambientais próprios das grandes cidades. Alguns exemplos podem atestar essa argumentação:

Goiânia, uma cidade em flor. Viver em Goiânia é uma experiência sem igual. Poucas são as cidades brasileiras que conseguem conjugar, de forma harmoniosa, os encantos das flores ornamentais com a agitação imposta por uma metrópole. (Governo da Cidade de Goiânia. In: *Casa & Flora*. Ano I, n°10).

O discurso de *cidade das flores*, como fora o de *cidade ecologicamente correta*, é metonímico, ou seja, encara a parte como se fosse o todo. Movido por uma técnica persuasiva e ideológica, compreende-se nesse discurso que Goiânia reveste-se de flores. Isso seria verdadeiro em se tratando de algumas poucas regiões da cidade, especialmente as centrais. Na medida em que direcionamos nossos olhares para a periferia, as flores desaparecem. É como se a primavera eterna restringisse seu efeito colorativo ao centro, e a periferia ficasse condenada ao eterno inverno. O problema está na relação entre a demanda por serviços prioritários (asfalto, água tratada, segurança etc.) e o poder reivindicatório da população residente nas regiões periféricas e nas áreas centrais e nobres da cidade. Basta observar o tratamento dispensado às praças na periferia para que esse raciocínio seja comprovado.

Fato interessante a observar é a ligação que persiste entre o discurso elaborado pelo Governo da Cidade de Goiânia e a questão ambiental, ou melhor, a da qualidade de vida. Apesar de ter abandonado o epíteto de *cidade ecologicamente correta*, a idéia de valorização do meio ambiente continua fazendo parte da agenda, ou melhor, do discurso do governo municipal.

- Outras cidades, outros discursos

Ao fazer uma pequena radiografia dos atuais problemas do meio ambiente urbano em Goiânia, constatamos que aqui há outras “cidades” além daquelas apresentadas pelos discursos oficiais. Uma cidade onde o índice de área verde por habitante não é tão importante quanto um local para morar. Uma cidade que contesta, a partir de vivências cotidianas, os discursos hegemônicos. Na prática, os discursos hegemônicos que formulam uma imagem positiva da cidade vão de encontro à opinião de pessoas dos mais diversos setores da vida política e intelectual goianiense, demonstrando os diversos valores de uso desses discursos. Ao se referir às questões ambientais relacionadas ao meio ambiente em Goiânia, Caseti (1991, p. 114) comenta:

Problemas de escoamento são constantes no período das chuvas, não existindo estrutura de vazão em relação à quantidade de água pluvial que se intensifica em função do crescimento da impermeabilização de superfícies e conseqüentes tendências a disritmias pluviométricas. (...) Processos de dessolagem são evidenciados em áreas desmatadas, ao mesmo tempo em que o assoreamento dos cursos d'água favorece a tendência crescente de enchentes.

A quem atribuir a culpa por tais problemas? À mãe natureza? Caseti (1991) associou o agravamento das questões ambientais em Goiânia à transformação do espaço em mercadoria. Exemplo claro é o asfalto, considerado um benefício pelos empreendedores e um dado importante da valorização imobiliária, mas que acelera o processo de impermeabilização e, conseqüentemente, dificulta o escoamento pluvial nas áreas urbanas. A mesma lógica pode ser observada na ocupação de áreas impróprias para construções privadas e públicas, ferindo a legislação ambiental.

Os problemas não param por aí. Os jornais estão repletos de artigos que alertam para os problemas ambientais na cidade. “Poluição das águas é preocupante” (*O Popular*, Cidades, 19/10/1997. p. 2B). “Devastação causa problemas graves nos fundos de vales” (*O Popular*, Cidades, 12/1/1997). “Goianiense não tem acesso às praças e monumentos” (*O Popular*, Cidades, 27/12/1998. p. 2B). Essas imagens são

rotineiras. Sua análise revela o papel contraditório exercido pelo poder público municipal – de um lado, responsável pela legislação e fiscalização dos problemas ambientais; de outro, um agente que polui e altera o equilíbrio ambiental. Devemos considerar o fato de que esses problemas não estão restritos a essa ou àquela administração. A própria dialética contida na produção do espaço urbano nos impede de delimitar e enquadrar em determinado espaço de tempo esse ou aquele problema. A questão é mais abrangente e está associada ao modelo de desenvolvimento adotado e à idéia de modernidade, que segue Goiânia desde a sua edificação.

Admitir a existência de outras cidades em Goiânia, além daquelas apontadas pelos discursos oficiais, significa, necessariamente, considerar outras dimensões do espaço urbano. Para Castells (1983, p. 264), “O espaço urbano está carregado de sentido. Suas formas se remetem entre si, e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda análise concreta”. Essa opinião, em se tratando do estudo de discursos e imagens no urbano, é bem ilustrativa e nos tem orientado nas pesquisas sobre a produção do espaço urbano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção social do espaço urbano não está unicamente ligada ao dado material. As representações individuais e coletivas, bem como os discursos e as imagens produzidos, seja pelo poder constituído das instituições ou pelos “poderes” ordinários, inscrevem-se numa perspectiva importante para aqueles que desejam compreender a produção do espaço urbano em outras dimensões. A análise dos discursos produzidos para representar a cidade de Goiânia, do ponto de vista da temática ecológica ou mesmo do meio ambiente, são questões importantes para serem consideradas pela geografia urbana. O espaço representado pelo discurso e pela imagem aparece como dado e fim da ação política dos gestores da cidade de Goiânia, o que pode, por um lado, atrofiar a possibilidade da mudança social e, por outro, estimulá-la; em ambos os casos, o espaço não deixa de aparecer como um dado político. Imagens e discursos são, antes de tudo, uso do espaço, um espaço de representações e ideologias, político, como quis Lefebvre (1976). Talvez esse seja

mais um dos possíveis caminhos a ser considerado na busca de uma geografia urbana renovada. Esta pequena reflexão procurou demonstrar essa relação, muitas vezes latente, entre os discursos e sua materialidade e, por outro lado, entre ideologia e prática social.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. *Goiânia: os discursos no urbano e as imagens da cidade*. Goiânia, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, UFG.

BENJAMIN, Walter. Paris no segundo império. In: _____. Obras escolhidas III. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Paris, capital do século XIX. In: FORTUNA, Carlos. (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. (s. l.) Celta, 1997.

BRASIL. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. *A Agenda 21 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1996.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994a.

_____. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, n. 8, 1994b.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade, imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz & PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.

_____. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.
FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 1996.

GOIÂNIA. Secretária Municipal do Meio Ambiente. *Informe gestão ambiental*. Goiânia, 1997-2000.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 7. ed. Campinas: Papirus, 1990.

LAGO, Antonio & PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *Espacio y politica*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB, 1996.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Juarez de. (Org.). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. (Org.) Plano Diretor Integrado de Goiânia. 1992. Instituto de Planejamento Municipal.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In: SOUZA, Célia Ferraz & PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. *Terra Livre - AGB*. (São Paulo). 1997. n. 11-12.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo / razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

TERNES, José. *Michel Foucault e a idade do homem*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo sobre a percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.